

ESTADOS

Política

Orçamento

Governadores querem recursos para obras

Decisão do governo de liberar recursos para investimentos e construção de casas populares não diminui pressão dos Estados

CARMEN KOZAK

BRASÍLIA — Movidos por interesses diversos, os governadores desencadearam, com sucesso, uma ofensiva contra a política econômica do ministro Marcílio Marques Moreira. Com a garantia dada pelo presidente Fernando Collor de que o governo federal irá ampliar o repasse de recursos para a execução de obras sociais nos Estados, o ministro Marcílio ganha um pouco mais de fôlego.

As iniciativas do governo atingiram até mesmo as comportas de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Marcílio autorizou a abertura de linhas de crédito para atender a "uma enorme lista" de projetos que foram apresentados pelos empresários nos últimos meses. E mais: a Caixa Econômica Federal (CEF) já começou a liberar Cr\$ 50 bilhões para a construção de casas populares através das Cooperativas Habitacionais dos Estados.

Mas isso não é um sinal de que os governadores desistiram de marcar posição contra a política recessiva. Muitos deles têm projetos políticos ambiciosos para a vida pública e, não estão dispostos a correr o risco de serem derrotados nas eleições municipais de outubro próximo por causa da crise econômica. As administrações estaduais refletem a atual penúria, e torna-se quase impossível marcá-las com grandes obras.

No discurso oficial anti-Marcílio, os governadores, principalmente os de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), e da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (PFL), tentam disfarçar os interesses pessoais. Garantindo estar falando em nome dos interesses nacionais e do bem-estar da população, os dois defendem a revisão do rumo da política econômica. Alegam que é hora de retomar o crescimento, para contornar a ameaça de convulsão social, que poderá ser gerada pelo crescimento do desemprego e baixo poder aquisitivo.

O discurso dos governadores, no entanto, é desmascarado pelos próprios parlamentares que os representam no Congresso. Interlocutores de Antônio Carlos garantem que suas queixas têm objetivo claro: tirar Marcílio do Ministério da Economia e substituí-lo por alguém que assegure a abertura das "torneiras" para a execução de projetos caros e ambiciosos.

"O governador está recebendo em dia as verbas do governo federal, só que não dá para fazer muita coisa, e quando as obras não aparecem, um político não deixa sua marca", explica um fiel aliado de Antônio Carlos. Segundo ele, a crise comprometeu a execução de obras, como restauração de rodovias e novos assentamentos urbanos para a população de baixa renda.

Obras sociais — Sem problemas de caixa, o governador do Ceará, Ciro Gomes (PSDB), engrossou o coro anti-recessão para reforçar a posição politi-

ca de seu partido, que ainda acredita ser possível disputar a eleição presidencial de 1994. Ciro que, apesar da crise, tem conseguido fazer um governo marcado por obras sociais e de saneamento, além de ter conseguido colocar em ordem o caixa do Estado, é o melhor porta-voz que os tucanos dispõe para mostrar a falta de interesse do governo Collor com projetos sociais.

"Não podemos perder a oportunidade de mostrar que sabemos administrar e que projetos educacionais e de saúde não precisam ser abandonados em momentos de crise", justifica um parlamentar do PSDB, que garante, no entanto, que o partido não quer derrubar o ministro da Economia.

O governador de Minas Gerais, Hélio Garcia (sem partido), também assegura que não faz parte do grupo de alagozes do ministro Marcílio, ao pedir a mudança de rumos da política econômica. A exemplo de Fleury e de Antônio Carlos, Garcia figura na lista de virtuais candidatos à sucessão de Collor e, segundo interlocutores, está preocupado que o seu cartão de apresentação a estas eleições fique borrado, por falta de obras.

O governador mineiro, que gosta muito de grandes obras, só tem tido caixa para tocar a duplicação da rodovia que liga Belo Horizonte a São Paulo, com uma injeção de US\$ 380 milhões do governo federal. Garcia está executando também a restauração de outras duas rodovias no norte do Estado, mas não tem sobrado caixa para programas de desenvolvimento industrial e habitacional. "O eleitor não comprehende a falta de recursos, ele acha que o administrador é que é ruim", justifica representante da bancada mineira no Congresso.

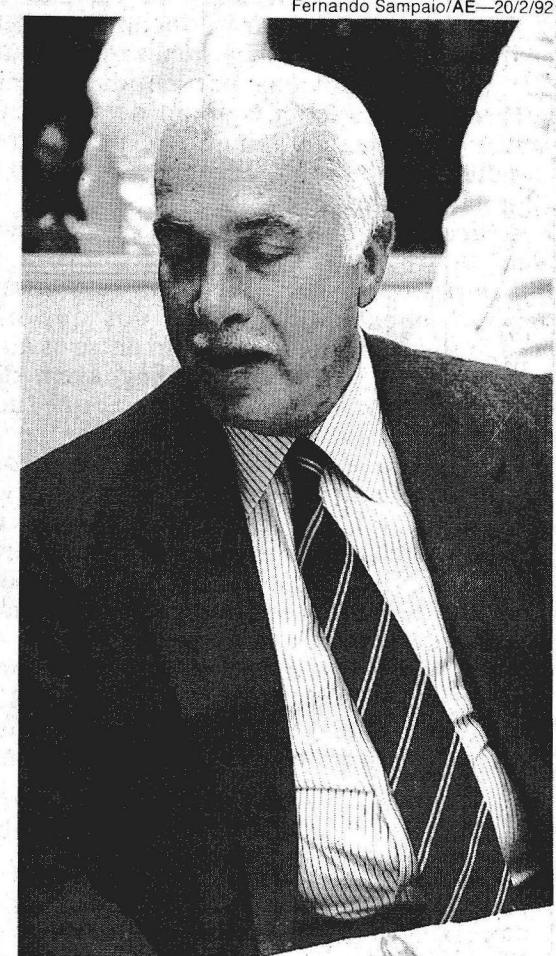
Tratamento privilegiado — Em meio a essa onda de reivindicações o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT), destoa com o seu silêncio. Evitando qualquer manifestação pública contra a política econômica do governo, Brizola se protege com o argumento de que não é hora de destabilizar o País.

Um importante parlamentar pedetista que ameaça se desgarrar do "brizolismo" diz que a questão é outra: Brizola está satisfeito com o repasse de verbas do governo federal. Um ex-ministro do presidente Collor confirma esta interpretação. Segundo ele, o governador do Rio tem recebido tratamento privilegiado. Acrescenta que quando o presidente acatou o projeto, preparado com a ajuda da equipe de Brizola, para a construção de Centros Integrados de Atendimento à Criança (Ciacs), o governador teria se comprometido em ser o "guardião" do mandato de Collor. "Isso sem falar na Linha Vermelha (uma linha expressa à Avenida Brasil, ligando o centro da cidade ao Aeroporto Internacional do Galeão), que é um cartão de visitas de apresentação invejável", comenta um vice-líder do governo, ligado ao governador da Bahia.

José Varella/AE—30/3/92

Paulo Vitale/AE—6/7/91

Fernando Sampaio/AE—20/2/92



Sob pressão

Fleury e Antônio Carlos lideraram ofensiva anti-Marcílio: tentativa de conseguir verbas para seus projetos